

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.187 - MG (2019/0298429-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : MARIANE RIBEIRO BUENO - MG056566
AGRAVADO : COOPERATIVA REG DE PRODUTORES RURAIS DE S LAGOAS
LTDA
ADVOGADOS : ANTÔNIO FERNANDO DRUMMOND BRANDÃO JUNIOR -
MG052025
CRISTIANO DA MATA BRANDÃO - MG079841

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO. ACÓRDÃO FUNDADO NA LEGISLAÇÃO LOCAL (DECRETOS 45.358/2010, 47.210/2017 E LEI 22.549/2017). INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS DESPROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, inciso III da Constituição Federal, interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, contra acórdão do TJ/MG, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL. PROGRAMA DE PARCELAMENTO FISCAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE.

Não são devidos honorários advocatícios nos embargos a execução fiscal se sua extinção ocorreu em virtude de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação (art. 487, III, c, CPC) ou desistência da ação (art. 485, VIII CPC), imposta como condição de adesão a programa de parcelamento fiscal, que já prevê seu pagamento. Recurso conhecido, mas não provido.

2. Nas razões do Recurso Especial, a parte agravante sustenta que a questão discutida nos autos diz respeito: *se no caso de adesão de contribuinte a parcelamento especial com desistência expressa dos Embargos à Execução Fiscal e renúncia ao direito sobre o qual ele se funda, a sentença que*

Superior Tribunal de Justiça

extingue o processo também deve condenar a Embargante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

3. É o relatório.

4. Não merece prosperar o inconformismo.

5. De início, não há como acolher a alegada negativa de prestação jurisdicional, visto que a Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

6. Da leitura do acórdão objurgado, constata-se que o mérito recursal foi decidido à luz da interpretação de legislação local (Decretos 45.358/2010, 47.210/2017 e Lei 22.549/2017, todos do Estado de Minas Gerais), de sorte que a modificação do julgado, da forma como ficou fundamentado pelo Tribunal de origem, implicaria, necessariamente, a análise da legislação local citada; contudo, tal providência é vedada em Recurso Especial, ante a incidência da Súmula 280/STF. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ACÓRDÃO EMBASADO EM NORMA DE DIREITO LOCAL. LEI ESTADUAL 13.918/09. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 280/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I. Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial, rever acórdão que demanda interpretação de direito local, à luz do óbice contido na Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

III. O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV. Agravo Interno improvido (AgInt no AREsp. 1.002.447/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 17.3.2017).

2 2 2

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. POSTERIOR ADESÃO A PARCELAMENTO DO CRÉDITO EXEQUENDO NOS TERMOS DO DECRETO 58.811/2013. LEI ESTADUAL 13.918/09. SÚMULA 284/STF. EXAME DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF.

1. A leitura da tese recursal expõe a presença do impeditivo descrito na Súmula 280/STF, porquanto a fundamentação do aresto é calcada na interpretação de lei e decretos estaduais.

2. Após a edição da Emenda Constitucional 45/04, a competência para o julgamento de causas nas quais lei local é contestada em face de lei federal foi transferida para o Supremo Tribunal Federal, consoante a dicção do art. 102, inc. III, "d", da CF/88.

3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 927.907/SP, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 30.8.2016).

2 2 2

EXECUÇÃO FISCAL. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR PARTE DO CONTRIBUINTE. DESISTÊNCIA DA AÇÃO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS. BIS IN IDEM. EXAME DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. A Corte local, ao examinar a demanda, levou também em consideração o Decreto Estadual 45.358/2010. A verificação de tal matéria encontra óbice, por analogia, na Súmula 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'.

2. A divergência jurisprudencial deve ser

Superior Tribunal de Justiça

comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea 'c' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

3. Agravo Regimental não provido (AgRg no AgRg no REsp. 1.421.812/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 15.4.2014).

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR